A CONSOLIDÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Luís Barros

Não foi fácil, como pode parecer a um exame mais superficial dos acontecimentos, a tarefa de consolidação da nossa independência. Por não terem ocorrido aqui as lutas sangrentas que se seguiram à independência dos Estados Unidos e dos países da América Espanhola, é costume se menospresar, um pouco, a guerra de nossa indepenpência. E também se desconhecer a complexidade das repercussões do 7 de Setembro de 1822 na política européia e americana.

A situação geral do Brasil, em 1822, era bastante confusa. Fazia apenas 14 anos que se entrara em um contacto mais largo com a cultura européia, em decorrência da abertura dos portos feita por D. João VI, a 28-1-1808. As idéias espalhadas pela Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos e dos outros países da América Espanhola, atuavam, nesse meio novo, com intensidade, mas, de modo desigual. Só tinham repercussão mais ampla entre uma reduzida elite política, ainda incerta do rumo a seguir. Ontem como hoje, essa elite tinha diminuta influência no interior do país, vasto, despovoado, com reduzidos meios de comunicação e transporte.

A revolução de 1820, em Portugal, teve efeitos singularmente perturbadores nas nossas diversas províncias. Juntas governativas improvisadas substituiam os antigos governadores e capitães-generais. A diversidade de regiões geográficas, recursos econômicos e evolução social criava problemas de extrema complexidade para o governo do regente D. Pedro.

Ao seguir para Portugal, em 1821, levara D. João VI todos os recursos do Tesouro. As províncias não enviavam, com regularidade, os produtos dos impostos para o governo central do Rio de Janeiro. A crise financeira era grande, vendo-se D. Pedro com dificuldades de toda a ordem. E os acontecimentos se precipitavam, exigindo grandes sacrifícios e enormes gastos.

Por outra, a situação internacional não oferecia melhores aspectos. Na Europa, a Santa Aliança era de todo contrária a qualquer movimento de independência dos países americanos. E a Inglaterra era interessada apenas em alargar seus mercados e tirar proveito econômico de tudo que ocorresse. Os próprios países da América do Sul não desejavam, naquele momento, ver um Brasil independente e unificado, como havemos de verificar no decorrer deste trabalho.

II — A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA.

Três tarefas primordiais exigiam pronta solução após o grito do Ipiranga: o reconhecimento da independência, redução dos núcleos portugueses e organização do novo país.

Cumpre se dizer, a bem da verdade, que a 3.ª destas etapas ainda é um desafio aos nossos dirigentes. E de sua solução racional depende quase todo o nosso futuro.

Proclamada a nossa independência, tinha-se que organizar o Brasil em novos moldes, com problemas opostos aos que tiveram de enfrentar os estadistas da época colonial, enfrentando-se óbices e dificuldades de toda a ordem.

Evidencia-se logo à primeira vista que o Brasil teve uma evolução completamente diferente da que se verificou nos Estados Unidos e na América Espanhola. Assim resume o assunto o grande historiador Pandiá Calógeras: "Desde a independência dos Estados Unidos começou-se a sentir na América Latina o frêmito precursor da emancipação local. A política imperialista de Napoleão fez o resto nas possessões espanholas pela separação definitiva entre os vice-reinos e a metrópole conquistada pelas guerras; no Brasil pela trasladação do governo de Lisboa".

"Essa diferença essencial caracterisou a evolução ulterior. Nas regiões que se tornaram as repúblicas hispânicas, tudo teve de ser improvisado com recursos locais, sem pontos de referência e tradições políticas e admininstrativas, entre tempestades e impecilhos insuperáveis. No trecho português houve progresso lento, mas contínuo: séde da monarquia; reino elevado à categoria da velha Lusitânia; fase de autonomia, que procede a independência; Império soberano e separado".

"Criação inorgânica no primeiro caso. Crescimento orgânico, no segundo". (1).

(1) — Pandiá Calogeras, O Brasil em 1840, trabalho publicado na Revista "Vamos Ler", Rio de Janeiro, edição de 15-6-1939.

Como todas as revoluções, a da nossa independência segue um curso irregular.

Surge em 1822, com plena efervescência, a ilógica das Revoluções. A de 1820, em Portugal, a princípio, só preconizava a mudança de um regime absoluto para u'a monarquia constitucional e o regresso de D. João VI para Portugal. Depois enveredou para uma política francamente reacionária, querendo, a todo o transe, recolonizar o Brasil e retornar a uma situação para sempre desaparecida.

Extrema-se, assim, o conflito entre Brasil e Portugal, bastante atenuado com a emigração de D. João VI para o Novo Mundo. Os liberais das cortes portuguesas, como sempre, constituiam uma elite vasia, declamadora e teórica, desatenta aos fatos e intoxicada de teorias e idéias alienígenas.

Os erros dos pseudos representantes do povo português levam o Regente D Pedro e os próprios brasileiros a uma política de resistência. E depois ao próprio separatismo, objetivo esse que só surge quando nos convencemos que não mais era possível evitar o conflito.

Os primeiros tempos da Regência de D. Pedro foram difíceis. O governo vivia, de fato, sob a pressão militar de uma forte guarnição portuguesa, sediada no Rio, com cerca de 5.000 homens sob o comando do General Jorge de Avilez.

A 11-1-1822, o General Avilez, em réplica ao Fico, saiu com 2.000 homens para ocupar o morro do Castelo. No dia seguinte, o povo se reune no Campo de Santana. O Rio de Janeiro fica tumultuado. O General Avilez capitula, retirando-se para Portugal a 15-2.

A 5-3-1822 chega ao Rio uma esquadra portuguesa para levar D. Pedro a Portugal. O Príncipe Regente só permite a sua entrada, no Rio, no dia 10, com a deliberação de seu imediato regresso a Portugal, sem tocar em nenhum porto do Brasil. Sob tais condições, permitiu que os navios lusitanos se abastecessem de água e víveres. A 24-3 essa esquadra regressa para Portugal deixando 600 homens que desejaram ficar em nossa terra.

E' evidente que a retirada do General Avilez foi um fatôr decisivo na consolidação de nossa independência. O Regente D. Pedro e os patriotas ficaram livres de uma pressão aviltante, podendo, daí em diante, agir com mais desembaraço na defesa dos interesses nacionais. Desafogava-se o ambiente e os brasileiros mostraram que não iam mais se submeter, passivamente, aos insensatos caprichos de uma assembléia, que desejava recolonizar o país, revivendo um passado para sempre extinto.

Proclamada a independência, D. Pedro para se aparelhar a uma luta eminente procurou:

a) — verificar quais os oficiais de todas as patentes, que aqui se achavam, aderiam à causa da independência, ou preferiam retirar-se com suas famílias para Portugal;

b) — engajar alguns oficiais estrangeiros de renome;

c) — aprestar poucos navios, que por se acharem em fábrica, não puderam acompanhar o rei no seu regresso;

d) — adquirir e armar mais alguns para o que contribuiria uma subscrição popular e a munificência do próprio Imperador.

A subscrição foi aberta por um decreto imperial. D. Pedro I comprou o brigue Maipú, que passou a se denominar "Caboclo", armou-o e dele fez doação à marinha de guerra. (2).

Segundo o Visconde de Ouro Preto, cuja autoridade em assuntos navais é reconhecida e proclamada por todos, de oficiais portugueses que estavam no Brasil, em 1822, aderiram à independência, 9 capitaes de mar e guerra, 21 capitães de fragata, 18 capitães-tenentes, 15 primeiros tenentes, 28 segundos tenentes, a companhia de guardas-marinha e vários lentes da Academia Naval.

Em relação ao exército cumpre assinalar as valiosas adesões do General Francisco José de Sousa Soares de Andréia, futuro Barão de Caçapava, e do Marechal João Crisóstomo Calado. Em 1822, lutaram contra Portugal, assimilados, completamente, ao nosso meio, segundo as lições da Sociologia, tendo de estrangeiros só o acidente geográfico do nascimento. Entre civís é de justiça assinalar o nome de José Clemente Pereira, que bem merece uma biografia.

O contingente inglês é expressivo, sobretudo na Marinha de Guerra. Contrataram-se 42 oficiais estrangeiros de renome com Lord Cockrane, que já havia ajudado a independência do Chile, John Taylor foi o comandante da fragata Niterói, que perseguiu a esquadra portuguesa da Bahia que levou o General Madeira de Melo a Portugal. Sobre Taylor há uma excelente biografia romanceada de Téo Filho. Teve vida movimentadadíssima. Assistiu à batalha de Trafalgar e a abdicação de D. Pedro I. Casou com brasileira e adaptou-se de tal modo ao nosso meio, que até se tornou perdulário. abandonando o famoso senso prático do inglês e a sua preciosa virtude da economia...

Entre inglêses que lutaram pela nossa independência, na marinha de guerra, ainda se destacam Davi Jewet, Jorge Manson, Guilherme Eyre, Adriano Hendrick Mason, Jemes Thompson, Ja-

(2) — Visconde de Ouro Preto, "A Decada Republicana", V volume, Companhia Tipográfica do Brasil, Rio de Janeiro, 1900, capítulo "Armada Nacional", págs. 16 e 17.

mes Norton, Benjamin Kilmare, João Rodger Gleddon, Francisco Cleare, Vicente Jorge Chrofton, James Nicoll, Samuel Chester, Rafael Wright, Samuel Gilet, Jorge Clarence, Carlos Watson, Guilherme James Inglis, Duncan Macrieght, Ambrósio Chailes, Jorge Cowan, Carlos Massebu, José Libscestan, Carlos Jall, Jorge Broon, Frederico Mariath, Bartolomeu Hayden, James Greenfell, de destacadíssima atuação, e Ricardo Hayden.

D. Pedro I teve que improvisar um exército e u'a armada, com absoluta falta de recursos, enfrentados problemas internos e externos de grande complexidade. E venceu-se tudo isso, tarefa que, realmente, honra os brasileiros de 1822.

Na guerra da independência houve 3 núcleos de resistência ao grito do Ipiranga: Bahia, Maranhão e Uruguai. Onde a luta foi mais acirrada foi na Bahia.

No fim do período colonial, Salvador era o centro comercial mais importante, depois do Rio de Janeiro. A população portuguesa era numerosa e ativa. Cumpre assinalar que até 1763 foi capital do Brasil e depois do Estado do Brasil, até que o ciclo do ouro e dos diamantes deslocasse para o sul o seu centro político e econômico.

Oliveira Viana, com a sua habitual argúcia em assuntos nacionais, entreviu, na guerra da nossa independência, um conflito latente entre comerciantes portugueses estabelecidos nas grandes cidades marítimas e agricultores brasileiros.

O núcleo da resistência portuguesa na Bahia centralisou-se na pessôa do General Inácio Luiz Madeira de Melo. Nasceu em Chaves, Portugal, em 1755, faleceu em 1833. Veio para o Brasil em 1817, e, por carta régia de 15 de Fevereiro de 1822, foi nomeado comandante das armas da Bahia, onde já se encontrava desde 1820. Resistiu muito aos independentes, realizando uma magnífica retirada. Foi absolvido pelo Conselho Militar de Lisbôa. Reformou-se em 1832. O Barão do Rio Branco o elogia como militar (3).

Madeira de Melo entrou logo em desavenças com o Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, que se recusa a lhe passar o comando. A 17, 18 e 19 de Fevereiro de 1822 há conflitos entre brasileiros e portugueses. Foi nessa última data que os soldados lusitanos trucidaram a superiora do convento da Lapa, Sóror Joana Angélica, que recusou deixar se fazer o varejamento de sua casa religiosa. Também foi vítima do desenfreamento da soldadesca lusitana o Cônego Daniel Lisbôa, que morreu, em defesa das freiras, de que queriam se apossar os portugueses. Depois destes la-

(3) — L da Câmara Cascudo, notas no livro "Festas e Tradições Populares do Brasil" de Melo Morais Filho, 3.ª edição, F. Briguet e Cia Editôra, 1946, Rio de Janeiro.

mentáveis acontecimentos, os lusitanos ficam senhores de Salvador. Os nacionalistas são repelidos e saem do forte de S. Pedro para o interior da província. A 24 de Junho de 1822 começa a reação na vila de Cachoeira, sendo a 25 D. Pedro aclamado como Regente do Brasil. O mesmo ocorre em todas as outras vilas e povoados da costa baiana. A 22 de Setembro de 1822 instala-se em Cachoeira um governo provisório, do qual foi presidente o Capitão Francisco Elesbão Pires de Carvalho, que organiza a resistência.

D. Pedro nomeia o Brigadeiro Pedro Labatut comandante das armas da Bahia. Labatut tendo ido a Alagoas, veio por terra para a Bahia, trazendo consigo a brigada de Pernambuco, que somada a outros reforços, perfazia um total de 1.750 homens. No caminho sujeita Sergipe ao domínio de D. Pedro. A 28 de Outubro de 1822 chega à Feira de Santana e estabelece o seu quartel general no Engenho Novo. A 3 de Maio de 1823 organiza o seu exército, que chegou a ter cerca de 5 mil homens, enquanto Madeira de Melo dispunha de 8 mil soldados.
Pierre Labatut nasceu em uma aldeia de Borganha, na França, a 16-5-1768. Serviu a Napoleão. Exilou-se para a Colômbia. Em Julho de 1822 entrou para o Exército Brasileiro com o posto de Brigadeiro, sendo logo nomeado comandante da expedição contra o General Madeira. Depois da batalha de Pirajá foi destituido do comando e prêso pelos oficiais, sendo substituido por José Joaquim de Lima e Silva, então comandante do Batalhão do Imperador. Absolvido pelo Conselho Superior Militar. Promovido a Marechal de Campo graduado, em 1838, transferido para a reserva em 1842, reverteu à primeira classe em 1845, e, no ano seguinte era Marechal de Campo efetivo. Fixou residência em Salvador, falecendo a 24 de Setembro de 1849. Seus restos mortais fôram transferidos para a matriz de Pirajá em 1853. (4).

A 3-11-1822 os brasileiros ocupam Coqueiro e Cobrito.

A 8-11, o General Madeira atacou as posições de Pirajá. Trava-se renhida luta, a maior de toda a guerra, na qual os portugueses são repelidos e "se retiraram em completa debandada, distinguindo-se nesta ação a tropa de Pernambuco comandada pelo Major Joaquim José da Silva Santiago". (5) A 29-10 Labatut ataca os portugueses, mas não é bem sucedido. A brigada de Pirajá passou a linha dos portugueses e internou-se além da Soledade. Mas

(4) — L da Câmara Cascudo notas in obra citada.
(5) — General José Inácio de Abreu e Lima, Synopse ou Dedução Cronológica dos Fatos Mais Notáveis da História do Brasil, Pernambuco, Tipografia de M. F. de Farias, 1845, pág. 328.

Labatut, receiando que aquela tropa fosse envolvida, ordenou a retirada.

Há um combate, em Conceição, a 15-2-1823 e outra refrega em 3-5, onde os portugueses são derrotados.

Nessa luta porfiada tem-se que destacar outra heroina: Maria Quiteria de Jesús Medeiros, que se alistou como voluntária no regimento de artilharia e depois no Batalhão de Caçadores sob o comando do Major José Antônio da Silva Castro. O historiador Joaquim Norberto a ela se refere no seu livro "Brasileiras célebres". Por seus atos de bravura, em 20-8-1823, foi condecorada por D. Pedro I com a Ordem do Cruzeiro.

A 1-4-1823, Madeira de Melo recebe um reforço de 2.500 homens vindos de Portugal, que lhe trouxe o chefe de divisão João Felix Pereira de Campos. Esse auxílio importante, porem, não deu o resultado esperado, especialmente, pela dificuldade de sustentar tanta tropa, além de ter rebentado fortes discórdias entre os oficiais portugueses. A 25-4 apresenta-se defronte do Morro uma esquadra brasileira de 8 navios, sob o comando de Lord Cockrane, que, evitando dar combate à armada lusitana, foi fundear em Itapoan.

Alexandre Tomás Cockrane auxiliou a independência do Chile, Peru, Brasil e Grécia. Publicou um livro muito interessante "Narrative of services inthe liberation of Chili, Peru and Brasil fron the spanish and portugueses domination", em Londres, em 1859. A R. Saraiva traduziu a parte referente ao Brasil com o titulo "Narrativa dos serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa, prestados pelo Almirante Conde de Dundonald (Londres, 1859). Uma neta de Lord Cockrane foi a esposa do grande escritor José de Alencar.

Há também fortes discórdias no acampamento nacionalista. A 20-5-1823, o General Labatut e seu secretário Cambuci do Vale são presos pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira. O governo interino da Bahia designa, então, o Coronel graduado José Joaquim de Lima e Silva para comandar o exército libertador. Este, ataca os portugueses a 3-6-1823, sendo repelido.

José Joaquim de Lima e Silva (1787-1855) era tio do Duque de Caxias. Foi agraciado com o título de Visconde de Magé em 1854. Três vezes deputado geral pelo Piauí e Conselheiro de Estado. Reformou-se como Marechal em 1852.

Apesar de alguns insucessos dos nacionalistas era crítica a situação dos portugueses na Bahia, onde viviam muito hostilisados pela população. Na noite de 1-7-1823, o General Madeira de Melo evacuou Salvador, levando sua tropa para bordo dos navios portugueses. As 11 horas da manhã do dia 2 de Julho a esquadra por-

tuguesa levanta ferros, sendo perseguida pela fragata Niterói sob o comando do Capitão de Fragata John Taylor até às proximidades de Lisbôa. Ia a bôrdo da "Niterói" como voluntário Joaquim Marques Lisbôa, futuro Marquês de Tamandaré e futuro patrono de nossa Marinha. A esquadra portuguesa perdeu muitos transportes e teve 800 prisioneiros, entre os quais diversas famílias que se retiravam para Portugal.

No dia 2-7-1823, a uma hora da tarde, o exército pacificador do Coronel José Joaquim de Lima e Silva entrou, triunfalmente, em Salvador.

A tradição popular não perdoou ao General Madeira de Melo a sua tenaz resistência ao nosso ideal de independência, muito embora do ponto de vista português fosse correta a sua atitude.

A propósito, narra o grande tradicionalista Melo Morais Filho, infelizmente tão esquecido, hoje, como a Bahia sabia festejar o 2 de Julho de 1823, que é a data exata de sua independência.

Na vespera do 2 de Julho, o povo, em Salvador, à meia noite levava o carro para a Lapinha. Eram frequentes os ataques às casas dos portugueses. Às 6 horas da manhã, as fortalezas salvavam. As ruas eram embandeiradas. O povo usava como distintivos laços de fita verde e amarela.

A uma hora da tarde, desfilava pelo Terreiro, o colossal préstito, vindo da Lapinha. Quando as primeiras levas de povo transpunham o Terreiro, repicavam os sinos do Colégio de S. Francisco, de S. Domingos e da Sé. Centenas de girândolas disparavam, o ar retinia de vivas e cantos populares.

Havia ação de graças assistida pelo arcebispo, cabido, presidente da província e nobreza.

Seguia-se um carro triunfal que conduzia uma cabocla pisando um dragão, acercada de caboclinhos vestidos de penas. Paraguassú calcando aos pés o despotismo. Mais tarde foi substituida por uma figura de indígena. Cantavam-se trovas de improviso, saturadas de ridículo e estribilhadas de ódios recentes:

Labatut jurou a Pedro,
Quando lhe beijou a mão ,
Botar fora da Bahia,
Esta maldita nação!

Embora da Europa venham
Batalhões aos mil e mil
Nossos braços, nossos peitos,
São muralhas do Brasil.

.....

O Paulo, Ruivo e Madeira
Todos os três numa janela,
Esfolando um pé de burro,
Pensando ser de vitela...

Irra! Irra!

Só o Paulo foi quem poude
Tirar do burro a caveira,
Para mandar de merenda
Ao seu General Madeira

Irra! Irra!

Paulo, Ruivo e Madeira
Fôram fazer carurú;
O Paulo deu a farinha
Ruivo mexeu o angú

O Madeira queria
Botou uma sorte
Se coroar!
Saiu-lhe um azar.

A Cabocla seguia os batalhões que combateram na Independência, o batalhão acadêmico de estudantes, de medicina, com os lentes.

Citavam-se, por exemplo, quadras assim:

Vai o carro da bagagem
Carregado de ananaz,
A mulher que não tem homem
Vive sempre dando ais...

Davam-se vivas ao Dois de Julho, à Independência, a Bahia.

A procissão parava. E poetas repentistas recitavam, sendo Francisco Moniz Barrêto, ex-combatente da independência, um dos principais. Certa vez improvisou estes magníficos versos:

Olhai, povo! resumida
Aqui vossa glória está;
Povo deveis vossa vida
Aos velhos de Pirajá
Foram eles que na guerra
Livraram a nossa terra
Do jugo ferrenho e vil
Foram eles que ajudados
Por Deus, deram denodados
Independência ao Brasil.

Estes velhos que frustaram
Tremendos planos hostís.
Quando os mancebos juraram
O que esta legenda diz;
Estes velhos que em batalhas
Ganharam estas medalhas
Que diziam — Restauração —,
Estes velhos, como dantes,
Hoje marcham triunfantes
A frente de um povo irmão.

De outra feita, o ilustre médico e poeta Dr. Luiz Alvares dos Santos improvisou o seguinte:

Sim: as nuvens lá tão calmas
São do guerreiro as almas,
Que entre as lúcidas palmas
O Dois de Julho vêm ver;
E vendo o dia pomposo
Num devaneio de gozo
Choram de dor e prazer

Certo: os heróis que morreram
Na brava luta, prenderam
As almas que enobreceram
Aos pés de Deus lá no céu
E nesta noite acordados
Dos vivas aos lêdos bravos
Banham de prantos magoados
Lá de longe o seu trófeu.

A tropa da guarnição, em grande gala, ultima o sequito. Havia jantares e bailes suntuosos nas casas. A Sociedade da Independência libertava escravos.

Os carros alegóricos ficavam na Praça do Palácio. Seguiam depois dos festejos para a Piedade.

Iluminava-se toda a cidade.

Elevava-se um palanque à frente da Igreja de S. Domingos.

A banda de música tocava o hino nacional. Descortinavam-se os retratos do Imperador, da Imperatriz, do Labatut e dos bravos da independência. O presidente, generais, veteranos e grandes do Império davam vivas ao Imperador. à Bahia e ao 2 de Julho

O bispo D. Romualdo Seixas distribuia cartas de liberdade no palanque do 2 de Julho. A seguir os repentistas improvisavam versos. (6).

Tal era o festejo da independência na Bahia, nos primeiros anos do século passado, segundo o grande tradicionalista Melo Morais Filho.

Depois da prolongada luta na Bahia, o núcleo mais forte de resistência lusa, no Brasil, foi o Maranhão.

Uma curiosa circunstância de natureza geográfica concorreu bastante para o isolamento daquele estado. Numa época de navegação a vela, os ventos alíseos da costa do Atlântico tornavam mais fácil uma viagem de S. Luís do Maranhão a Lisboa, do que mesmo entre S. Luís e o Rio de Janeiro.

A penúltima divisão colonial criando, em nosso país, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, só foi suprimida com a unificação operada em 1763, pelo Marquês de Pombal. Tal fato atesta, eloquentemente, o isolamento do Maranhão em relação ao resto do país.

Deste modo, não é difícil perceber porque ali os comerciantes portugueses preponderavam na vida política e social.

Ao se iniciar o movimento da independência, o Brigadeiro João José da Cunha Fidié iniciou luta tenaz contra os nacionalistas, a exemplo do que Madeira de Melo vinha fazendo na Bahia.

Encontra resistência, durando a luta de Março de 1822 a Julho de 1823.

Aqui não é possível esquecer o valioso auxílio que deu o Ceará à grande causa nacional. Em Dezembro de 1822 seguiu uma fôrça de linha e de milícia para ajudar a independência do Piauí, comandada pelo Major Luiz Rodrigues Chaves.

A 17-1-1823, chegára ao Crato, José de Sousa Carvalho, em missão do governo do Piauí, para obter socorros do governo temporário do Ceará e da câmara de Crato contra o Brigadeiro Tristão

(6) — Melo Morais Filho — Festas e Tradições Populares do Brasil, 3.ª edição, Revisão e notas de L. da Câmara Coscudo, F. Briguet e Cia Editora, 1946, Rio de Janeiro.

Gonçalves de Alencar Araripe opinou pelo auxílio. Mas, infelizmente surgem desavenças entre Tristão e o Coronel Leandro Bezerra Monteiro, comandante de Crato, e Joaquim Pinto Madeira. Frustou-se assim a expedição.

Enquanto ocorriam tais fatos, diversas juntas provisórias se sucediam no governo do Ceará, refletindo a anómala situação de todo o Brasil, depois da revolução constitucionalista de 1820. Euclides da Cunha chega mesmo a dizer que, nesse agitado período, todo o Brasil parecia mergulhar em uma decomposição espontânea...

A 24-11-1822 a Câmara de Fortaleza aderiu à independência. O Piauí fez o mesmo só em 24-1-1823.

O Brigadeiro Fidié marchou sobre o Piauí e avança sobre Campo Maior. A 13-3-1823 trava-se forte combate entre brasileiros e portugueses, em Genipapo, nos arredores de Campo Maior. Os brasileiros foram dirigidos por Luiz Rodrigues Chaves, que comandava o contingente cearense, Alexandre Neri Ferreira e João da Costa Alecrim, que tinha feito junção com Salvador Cardoso de Oliveira. Os independentes sofrem tremenda derrota, perdendo 200 homens entre mortos e feridos e 500 prisioneiros. Fidié teve apenas 19 mortos e 60 feridos. Este grande insucesso se deve à imperícia militar dos nacionalistas, paisanos mal armados e soldados improvisados, que enfrentavam tropas regulares, bem comandadas com armamento superior.

O governo provisório do Ceará decreta uma 2.ª expedição ao Piauí, que saiu de Fortaleza a 29-3-1823, comandada por José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. por ato de 16-4-1823, D. Pedro I nomeou Filgueiras comandante em chefe da expedição libertadora do Piauí. A expedição chega a Lavras a 27-4 e ao Crato em 3-,5 onde se demora até 15-5, data em que rumou para o Piauí. Chegou nas fronteiras daquele estado em Junho de 1823, no local denominado Várzea da Vaca. João Brígido estima em 3.000 o número de expedicionários cearenses.

Apesar de ter sido o vencedor do combate do Genipapo, o Brigadeiro Fidié deixa Campo Maior em 15-5-1823 e vai se fortificar em Caxias. Não tinha recebido reforços e sua tropa estava bastante desfalcada, reduzida a 700 homens. Filgueiras segue para fazer o cerco de Caxias, o que realiza.

A 28-7-1823, o Brigadeiro Fidié deixa o comando, sendo substituido por Luiz Manoel de Mesquita. Nesse dia S. Luís aderiu à independência. A 30 de Julho o novo comandante envia parlamentários ao acampamento de Filgueiras, sendo a capitulação assinada a 31. A 1.º de Agosto o exército independente-ocupa Caxias, terminan-

do assim a resistência portuguesa no norte do Brasil. (7).

Apesar de defender uma causa ingrata ao nosso sentimento nacionalista, cumpre reconhecer que o Brigadeiro João José da Cunha Fidié foi um grande caráter. Recusou, altivamente, receber dinheiro e um posto de Brigadeiro para trair Portugal. Escreveu um livro muito interessante intitulado "Vária fortuna de um soldado português. Oferecido ao público pelo Brigadeiro Fidié", publicado em Lisbôa, em 1850, e republicado com um prefácio de Herminio Conde, pouco antes de 1946. E' quase inútil dizer que esse trabalho é de grande interesse para o estudo da independência do norte do Brasil.

A Marinha também cooperou na libertação do norte. Na Bahia, Lord Cockrane apreendeu instruções do General Madeira de Mêlo, recomendando que parte do exército devia seguir para auxiliar o Maranhão. Rumou logo para aquela província em 27-7-1823. A Junta Provisória entrega-lhe S. Luís. Cockrane demorou-se para apaziguar o interior do Estado, ocupado por tropas do Ceará e do Piauí, que tinham ido perseguir o Brigadeiro Fidié, que se fortificára em Caxias. Estabeleceu um governo no Maranhão e deixando livre todo o norte, fez-se de vela para o Rio de Janeiro em 20-9-1823. D. Pedro I conferiu-lhe o título de Marquês do Maranhão.

O Uruguai foi o 3o. núcleo da resistência lusitana. Em 1816 havia sido conquistado por D. João VI, visto os portugueses desejarem que o rio da Prata fosse o limite natural estabelecido entre os domínios portugueses e espanhóis. Quando veio o conflito entre Brasil e Portugal, a Divisão de Voluntários Reais estacionada em Montevideu, revoltou-se contra o decreto de D. Pedro que a desligara do exército de Portugal. Depois da separação, o General D. Álvaro da Costa de Sousa Macêdo concentrou-se em Montevideu, recusando aceitar a independência. Sustentou um longo cerco de 17 mêses contra as tropas brasileiras do General Lecor, que se tinha declarado pela causa brasileira. Quando D. Álvaro soube da expulsão dos portugueses da Bahia e Maranhão, capitulou a 18-11-1823 e seguiu com sua tropa para Lisboa. Terminou assim a última resistência armada que Portugal interpôs à causa de nossa liberdade.

Comparativamente às lutas da independência dos Estados Unidos e da América Espanhola, as ocorridas no Brasil fôram de menor monta. Mas entre elas houve profundas diferenças. Nenhum país ajudou o Brasil, como aconteceu com os Estados Unidos, que receberam auxílios substanciais da França, e, em menor escala, da Espanha e Holanda, tradicionais adversários da Inglaterra. Exérci-

(7) — João Brígido — O Ceará, Homens e Fatos, Tipografia Bernard Fréres, Rio de Janeiro, 1919, págs. 445 a 448.

tos franceses lutam nos Estados Unidos dirigidos por Lafayete e Rochambeau. Luiz XVI chegou a declarar guerra à Inglaterra, na época da independência dos Estados Unidos. Quanto à América Espanhola convém se assinalar que a sua emancipação ocorreu, exatamente, na época em que Napoleão Bonaparte ocupára a Espanha, impondo um irmão como rei. Os espanhóis tinham que lutar, simultâneamente, contra invasores franceses e rebeldes americanos...

No Brasil nada disso ocorreu. Lutámos sosinhos contra Portugal, com os nossos próprios recursos. E se Portugal estava em crise, desde 1807, nenhuma das circunstâncias que tanto ajudaram os outros países americanos, como auxílio estrangeiro e invasão da metrópole vêm atuar em nosso favor. Tais fatos indicam que não se deve menospresar o esforço e sacrifício dos homens de 1822 na luta contra Portugal. Em todos os aspectos merecem eles o nosso respeito e gratidão. (8)

III — O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

O reconhecimento da nossa independência não foi tarefa fácil.

Para bem se compreender fatos históricos convém que nunca se perca de vista a situação internacional, no momento em que este acontecimento ocorre. Sem isso, jamais poderemos ter uma visão global dos eventos e de suas repercussões.

Em 1822 preponderava na Europa a política da Santa Aliança, cuja origem é das mais curiosas. Após o Congresso de Viena, o Czar Alexandre I da Rússia, julgando-se o salvador da Europa, persuadiu a Guilherme III da Prússia e Francisco I da Austria, sogro de D. Pedro I, a assinarem o Tratado da Santa Alinça o que se realiza em 26-9-1815. Por tal acôrdo os signatários se comprometiam a seguir os princípios da moralidade cristã, comportando-se entre si como irmãos, e, em relação a seus suditos como pais. A Inglaterra e a Santa Sé nega-lhe aprovação. Os Estados Unidos só, em 1820, respondem a uma consulta formulada em 1815, dizendo que não desejavam participar de "qualquer liga européia". (9).

Hoje, se reputa a Santa Aliança como um produto típico do romantismo político do século XIX, sempre fértil aliás em utopias e devaneios dessa natureza...

Breve, a Santa Aliança se dispôs a fazer, na Europa, uma

(8) — Basílio de Magalhães — Manual de História do Brasil, Cursos Clássicos e Científico, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1946, pág. 267, notas.

(9) — Enciclopédia Barsa, edição de 1969, 12.º Tomo, pág. 298.

política de intervenção contra todas as influências da Revolução Francêsa. Em 1823, precisamente, um ano depois da independência do Brasil, o governo de Luiz XVIII enviou à Espanha um exército de 100 mil homens, para restaurar o absolutismo de Fernando VII. A Santa Aliança só podia ver, pois, com manifesta hostilidade, a independência dos países da América.

Por outro lado, surgia a Inglaterra, expoente máximo da "Europa arrogante e conquistadora de mercados e territórios" no século XIX. Senhora absoluta dos mares, depois da batalha de Trafalgar, que aniquilou a esquadra de Napoleão, dominava, de modo completo, o comércio mundial. Tendo sido o 1.º país do mundo a iniciar a Revolução Industrial e apresentando um subsolo rico em ferro e carvão, ficou, por largo espaço de tempo, em privilegiada situação de importadora de matérias primas e exportadora de produtos manufaturados. Dispunha ainda, a seu talante, de um vastíssimo império colonial. Foram inumeros os abusos e extorsões que a Inglaterra praticou contra os países mais fracos, no século XIX, não sendo o Brasil uma de suas menores vítimas.

A questão começava pelo tráfico de escravos. Depois de ter usufruido, ao máximo. o trabalho do negro, graças às invenções das máquinas de fiar e de tecer e às aplicações do vapor e da eletricidade, verificaram os inglêses que, daí por deante, o trabalho do negro escravo tinha diminuido rendimento. Então, a Inglaterra, esquecida do seu passado, arvorou-se em campeã do abolicionismo em relação ao Brasil, mas se conservando escravocrata para os Estados Unidos, como prova a sua atitude durante a guerra da secessão, em que esteve iminente uma guerra com os Estados Unidos. No Brasil havia o receio da concorrência aos produtos tropicais das Antilhas e de outros pontos de seu vasto império colonial. Não via sérias possibilidades de o Brasil se tornar um império industrial, devido à escassez de combustível. Mas não era isso o que observava nos Estados Unidos. Daí a explicação que se aventa para a atitude inglêsa tão incoerente em relação aos Estados Unidos e ao Brasil, em face do problema da escravidão negra.

A propósito das implicações da escravidão até na política internacional do Brasil, comenta o grande historiador Pandiá Calogeras: "O tráfico era o grande causador de conflitos mais sérios. Tinha influência até no reconhecimento do Império; por não ter o Brasil aquiescido em assumir o encargo de sua abolição imediata, não reconheceu desde 1823, a Grã-Bretanha, a Independência e a nova monarquia, mesmo sem audiência de Portugal". (10).

(10) — Pandiá Calogeras — O Brasil em 1840.

E' possível que tenha havido êrro de D. Pedro I não abreviar, desde logo, o reconhecimento da independência. Todavia, convém assinalar que a nossa emancipação ocorreu no período da expansão da lavoura cafeeira. E também que o governo imperial estava assoberbado de problemas. Naquele tempo, a escravidão constituia o nosso problema interno mais grave. Basta que se diga que a 7-11-1831 o governo da regência aboliu o tráfico. Mas, só em 1850, quasi 30 anos depois da independência, foi que Euséblo de Queiroz conseguiu extirpar o mal. Desse modo, na época da independência, talvez não fôsse oportuno agitar um problema de tantas proporções. E, em abono dessa tese, basta que se verifiquem os efeitos econômicos e políticos da lei de 13 de Maio de 1888, verdadeira sentença de morte contra a monarquia brasileira.

Além da abolição e do tráfico, havia ainda o problema dos tratados comerciais com a Inglaterra. O acôrdo de comércio e navegação de 19-2-1810 estipulou que as mercadorias inglêsas importadas pagariam, no máximo 15% **ad valorem**, enquanto as vindas do próprio Portugal tinham uma taxa de 16%. Afonso Bandeira de Melo mostra que as transações do Brasil com Portugal, em 1808, eram de 22.571 contos de réis, caindo, em 1812, a 6.451 contos, em virtude daquele tratado. (11).

Êsse acôrdo foi prorrogado em 10-11-1827, por 15 anos. E, depois por mais 2 anos, só se extinguindo em 1844, já no reinado de D. Pedro II.

Portugal relutou quasi 3 anos em reconhecer a nossa independência. Tomou um emprestimo à Inglaterra de 2 milhões de libras esterlinas para recolonizar o Brasil.

D. João VI a fim de pôr termo à luta armada e evitar a separação do Brasil, enviou ao Rio de Janeiro a missão do Conde do Rio Maior junto com o Marechal Luiz Paulino Pinto da França, baiano, poeta e deputado às Cortes de Lisboa. D. Pedro I recusa receber o Conde do Rio Maior e Francisco José Vieira, visto não trazerem poderes para o reconhecimento da nossa independência. E apresou a corveta "Voadora", depois chamada "Itaparica", que entrára na baía de Guanabara a 16-9-1823, alegando achar-se o Brasil em guerra com Portugal e não haver aquela belonave arvorado em nosso porto a signa parlamentária". (12).

A Santa Aliança intriga, por todos os meios, para dificultar a independência do Brasil, considerada como uma heresia por ter

(11) — Afonso Bandeira de Melo — Politique Comerciale Du Brasil, pág. 63 in "Autobiografia" do Visconde de Mauá, com prefácio e notas de Cláudio Canns, 2.ª edição, Livraria Editora Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1943, pág. 626.

(12) — Basílio de Magalhães, obra citada, pág. 272, notas.

sido praticada por um príncipe à frente de um povo rebelado contra uma metrópole.

Fervem as intrigas.

Para evitar que D. Pedro ultimasse nossa independência, foi-lhe oferecida,, graciosamente, as coroas da Grécia e da Espanha, que são recusadas. (13).

Logo que se deu o grito do Ipiranga, D. Pedro enviou José Silvestre Rabêlo aos Estados Unidos, Felisberto Caldeira Brant Pontes, dêpois Marquês de Barbacena, à Inglaterra, Antônio Teles da Silva, posteriormente Marquês de Resende, à Austria e Manuel Rodrigues Gameiro Pessôa, futuro Marquês de Itabaiana, à França.

Em Londres discutem a independência do Brasil, como representantes do Brasil, o Marquês de Barbacena e o Visconde de Itabaiana e o embaixador de Portugal, Conde de Vila Real. Jamais chegam a um acôrdo.

A Inglaterra ansiosa de conservar os mercados que se abriam na América e também de renovar o leonino tratado de comércio extorquido a D. João VI, apressa-se, então, a intervir.

No tempo da independência era impossível, aliás, evitar a interferência da Inglaterra, então a primeira nação do mundo.

Era crítica a situação de D. Pedro I.

Os próprios países da América viam com manifesto desagrado, o Brasil ficar independente, mas conservando sua magnífica unidade. A Argentina chegou mesmo a propor uma confederação para atacar o Brasil, por todos os lados, sob o falaz pretexto de depor u'a monarquia exótica e tornar todo o continente regido por repúblicas. Não precisa muito perrspicácia para se ver nessa empreitada o desejo mal encoberto de processar largas reivindicações territoriais, mutilando o Brasil em proveito dos seus turbulentos visinhos.

O insidioso projeto da Argentina foi frustrado pela clarividência de Simão Bolivar. O Libertador, formalmente, se opôs a tal atitude, alegando que o Brasil estava regido por um regimen constitucional e não estava atacando nenhum país. E rematava que D. Pedro I havia recusado a incorporação de Iquitos, território pertencente à Bolívia e que, de **motu proprio**, tinha se tornado independente e se declarado anexado ao território do Brasil.

A Santa Aliança chegou a cogitar da hipótese de enviar um exército de 12 mil homens para recolonizar o Brasil. Felizmente, não teve começo de execução o insensato projeto. Todavia, tais planos tiveram o mérito de provocar a proclamação da doutrina de Monroe.

---

(13) — Basílio de Magalhães, obra citada, pág. 272.

A 2-12-1823, o Presidente Monroe expõe ao congresso dos Estados Unidos o princípio de que ameaçava os Estados Unidos qualquer interferência de países europeus nos negócios da América. E proclamou o célebre princípio: "A América é dos americanos".

Teve grande efeito moral essa declaração de princípios.

A rigor, a doutrina de Monroe pode ser encarada como uma política de defesa. Os Estados Unidos tinham se libertado, recentemente, do domínio inglês. Entre 1812 e 1815 houve uma guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra, episódio em que pouco se fala, e que é chamado significativamente de 2ª. guerra da independência americana. A Inglaterra, embora desaprovando a política romântica e mística da Santa Aliança, não podia deixar de aceitar, em tése, uma política de recolonização da América, que poderia lhe permitir, em dadas condições, reconquistar os Estados Unidos. Desse modo, não é difícil concluir, com bastante lógica, que a política reacionaria da Santa Aliança, na tentativa de recolonizar a América, punha em perigo, também, a própria independência dos Estados Unidos.

Como quer que seja, porém, cumpre reconhecer que os Estados Unidos foi o 1.º país a reconhecer a independência do Brasil, em 26-5-1824, celebrando logo um tratado de comércio com D. Pedro I.

Além da Santa Aliança e da malquerença da Argentina, D. Pedro I ainda enfrentou a Confederação do Equador, e logo no ano seguinte o Uruguai se proclama independente sob a direção de Lavaleja e Rivera. E a seguir se declara incorporado à Argentina, o que vinha comprometer, a um ponto máximo, a nossa posição no Prata. A Argentina ameaçava reconstituir o Vice-Reinado do Prata e derrubar a nossa preponderância no continente sul-americano.

Foi no torvelinho de tais acontecimentos que se deu a interferência inglêsa.

Lord Canning envia ao Brasil Sir Charles Stuart para negociar um tratado de comércio. Mas recomenda ao seu embaixador que quando passasse em Lisboa falasse com D. João VI a respeito da independência do Brasil. O soberano luso autorisa o emissário inglês a tratar de um ajuste definitivo. O embaixador inglês chega ao Rio em 18-7-1825 e conferencia com os representantes do Brasil Visconde de Cachoeira, Marquês de Paranaguá e Visconde de Santo Amaro, encerrando-se os trabalhos a 29 de Agosto, A demora nas negociações decorreu do fato de D. João VI fazer questão fechada de usar o título de Imperador do Brasil e de pagarmos à Inglaterra a importância de dois milhões de libras esterlinas que a Inglaterra emprestára a Portugal, precisamente, para o fim de

recolonizar o Brasil. Sir Charles Stuart conseguiu aplainar todas essas dificuldades. D. João VI recebeu o título de Imperador do Brasil, mas os diplomatas brasileiros conseguiram que fosse incluído no total dos dois milhões de libras a indenização de 250 mil libras que D. João VI devia receber pelas suas propriedades existentes no Brasil. O pagamento à Inglaterra constou de uma convenção secreta assinada no mesmo dia do acordo.

Essa negociação suscitou muitos ataques a D. Pedro I, tanto em sua época, como posteriormente. Por singular coincidência foi ratificada por D. João VI no dia 15-11-1825, data futura da proclamação da república. Em carta de lei, o soberano luso declarava aos brasileiros "que cedia a seu filho D. Pedro seus direitos sôbre o Brasil, reservando somente para si o título de Imperador".

O General Abreu e Lima, coevo daqueles acontecimentos, diz desdenhosamente: "trocámos os nossos louros de vitória por uma carta de alforria comprada por 2 milhões de libras esterlinas". Não foi, precisamente, assim que os fatos se passaram. Sem o pagamento do emprestimo português, a Inglaterra não reconhecieria nunca a independência do Brasil, sendo mais justo se dizer, pois, que D. Pedro I foi vítima de uma extorsão por parte da Inglaterra. (14).

José Bonifácio, o patriarca da nossa independência, então no exílio, em França, como político brasileiro era irreverente, desabusado e desabrido em seus ataques, a despeito de sua invulgar cultura científica. Diz-nos, em suas famosas Cartas Andradinas, págs. 11 e 12, em data de 14-11-1825, o seguinte sobre o reconhecimento da nossa independência: "Enfim, pôs o ovo a grã-pata e veio a lume o decantado tratado, QUE SAIU MELHOR DO QUE EU ESPERAVA; ao menos temos independência reconhecida, bem que a soberania nacional recebeu um coice na bôca do estômago, de que não sei se morrerá ou se estabelecerá com o tempo: tudo depende da conduta futura dos Tatambas. Que galanteria jocosa a de conservar João Burro o título nominal de Imperador e ainda mais de convir nisso o Pedro Malasartes! Mas com esta farça o astuto Canning escamoteou o reconhecimento a Viena e Paris". (15).

Pondo de parte a linguagem chula do desabusado comentarista, vê-se que ele reconhece que o tratado foi melhor do que ele próprio esperava. E que a Inglaterra afastou a França e a Austria para um plano secundário, no reconhecimento da nossa independência.

---

(14) — General José Inácio de Abreu e Lima, obra citada, pág. 340.

(15) — Basílio de Magalhães, obra citada, pág. 274.

Se é explicável que os adversários de D. Pedro I, na época da independência, não pudessem ver, em toda a sua complexidade, o reconhecimento da nossa emancipação, já o mesmo não se pode dizer de certos comentaristas atuais. A acumulação de dados e fatos e uma apreciação mais serena dos fatos são condições que favorecem a interpretação do passado sob um prisma mais desapaixonado e racional. Os comentaristas de hoje parecem esquecer que o Presidente Campos Sales, no início do seu governo, foi forçado a assinar o humilhante acordo denominado "funding loan", com os nossos credores, porque a desgraçada situação do seu tempo não lhe permitia outra saída. Ora, o mesmo se pode dizer do nosso 1.º Imperador, em relação ao tratado de 29 de Agosto de 1825.

Se sua atitude não se justifica, pelo menos, pode-se explicar dentro da conjuntura histórica e política do seu tempo.

Além disso, embora com um sacrifício doloroso de nossa soberania, o reconhecimento da Inglaterra teve o mérito de aplainar todas as dificuldades futuras. A Austria reconhece a nossa independência a 27-12-1825, a França a 8-1-1826 e a Santa-Sé a 23-1-1826. A proximidade destas três datas não deixa de ser muito significativa.

IV — CONCLUSÃO.

Os brasileiros de 1822, liderados por D. Pedro I, deram a nossa independência política. Hoje, cumpre a nossa geração fazer a nossa independência econômica. A tarefa é árdua e complexa. Exige muito esfôrço e sacrifício, mas é um imperativo categórico para os dirigentes do país e para o nosso povo. Dessa tarefa depende todo o nosso futuro.

Pelo estudo profundo da realidade brasileira e pela organização do trabalho e da cultura podemos alcançar essa meta promissora.

Para isso temos que defender as nossas tradições. E comprender, que, segundo o pensamento de Licínio Cardoso, comemorar o passado não deve ser só uma atitude sentimental e sim a projeção para o futuro de um programa de verdadeira reconstrução nacional.

A propósito disso, comenta Xavier Marques, no seu magnífico ensaio sobre a nossa independência: "Ensinando a mocidade a amar nossas tradições, não só a letra pitoresca, mas o sentido vivificante; nem só o pensamento, a alma, o sangue dos antepassados, mas a alma da pátria. A primeira condição desta é o solo onde se fixam os lares e a mesa da comunhão nacional. Tão imprescindível é à pátria o território quanto a tradição, que até se pudera chamar o território do espírito. A pátria espiritual seria com efeito impossi-

vel sem a consciência, se não de todo o passado, de muitas de suas recordações. São elas também as inspiradoras do futuro. Das gran-no auditório da Faculdade de Direito do Ceará).

(Conferência pronunciado por Luiz Barros no dia 17-5-1972, no auditório da Faculdade de Direito do Ceará.

(16) — Xavier Marques, Ensaio Histórico sobre a Independência, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1924, pág. 198.